

A matriz energética em crise

» SACHA CALMON

Advogado, coordenador da especialização em direito tributário das Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) no Rio de Janeiro.

Brasil tinha tudo para ter a melhor matriz energética do mundo, baseada na hidroeletricidade, na energia eólica e nos biocombustíveis (etanol). De quebra, poderíamos usar o gás natural e, por último, o petróleo. Duas poderosas empresas, a Eletrobras e a Petrobras, detentoras de grande expertise e quadros competentes, poderiam, com o prestimoso capital de empresas privadas nacionais e internacionais, alavancar o país, como nenhum outro, com baixo e aceitável nível de emissões de CO².

Bastaram 12 anos de PT para inviabilizar, jurídica e operacionalmente, a Petrobras e a Eletrobras, embaralhando a nossa política energética com modelos operacionais inadequados, de tal modo que estamos envolvidos em severa crise, segundo os especialistas e institutos dedicados ao setor, como, por exemplo, o Acende Brasil, voltado à pesquisa, e as dezenas de consultorias de nível internacional aqui sediadas.

Enquanto Lula e Dilma se deram ao empenho de complicar a matriz energética, no exterior muitos fatos aconteciam sem que nos déssemos conta das consequências. Vamos listar os mais importantes: a) a alteração do regime competitivo de concessão (pesquisa e lavra) pelo de partilha com a Petrobras, necessariamente sócia com 30% em qualquer exploração operada por empresas privadas, afastou os grandes players, forçando a estatal brasileira a ser a empresa mais endividada do mundo no setor petrolífero (obrigada a arcar sozinha com uma tarefa difícil que deveria ser compartilhada, em nome da celeridade e do lucro); b) os leilões de áreas exploráveis, mesmo no modelo de participação de 30% da Petrobras, praticamente pararam. Valiosos capitais de risco e empresas de alta tecnologia deixaram de ser usados nos esforços de pesquisa e exploração de petróleo e gás (pura perda de tempo); c) a exigência de conteúdo nacional nas encomendas da Petrobras encareceram o custo dos equipamentos e a rapidez das entregas, atrasando o aproveitamento das jazidas; d) o regime diferenciado de contratação (RDC) adotado pela companhia, degenerou na maior corrupção da história recente do Brasil, minando a sua



credibilidade internacional; e) enquanto isso, os EUA, no Texas e no nordeste, elevaram ao máximo a exploração do xisto betuminoso, tornando-se exportador.

O México saiu do modelo estatal e franqueou o Golfo do México às grandes petroleiras privadas; a Rússia triplicou a capacidade de extrair e vender petróleo e gás. A China tornou-se a quinta maior produtora do mundo. A Arábia Saudita, para frear o avanço dos EUA e das energias não fósseis, porém de alto custo, derrubou os preços da commodity, negando-se a reduzir a produção (dizem alguns que trará o preço a 45 dólares o barril, para inviabilizar a exploração do xisto nos EUA).

Em conclusão, a ausência de um quadro estratégico próprio fez a Petrobras fechar os olhos para o exterior e para seu setor de negócios. A baixa de preço do petróleo a pegou com as calças arriadas. O pré-sal só dá lucro, assim mesmo mínimo, com o barril a 60 dólares. Abaixo desse preço torna-se antieconômico. Para uma empresa que não aumentou o preço interno dos combustíveis enquanto podia (para gerar caixa), obstada pelos interesses de Lula-Dilma e do PT, forçando-a ao prejuízo, a situação agora está insustentável. Com Drumond é de se perguntar: “E agora José Inácio?”

Na área da energia limpa, a antecipação (quebra de contrato) das concessões atrapalhou geradoras e, principalmente, distribuidoras de energia elétrica. Dilma reduziu o setor elétrico a um monte de cacos, desde uma dívida de curto prazo de R\$ 80 bilhões, que, nós consumidores, vamos pagar, ao uso errado de usinas de geração a fio d’água, sem grandes reservatórios, e ao atraso generalizado na construção de linhas de transmissão. Estamos emporcalhando o meio ambiente com termoeletricas de alto custo. Aqui, os ambientalistas do PT calam-se, mas impediram obras estruturantes atrasando as licenças ambientais. Um romântico indianismo, uma adoração quase fálica pelos troncos das árvores e um afeto ridículo pelas rãs, impediram, quando não atrasaram, usinas hidroelétricas de energia limpa, com grandes reservatórios que tanta falta nos fazem em quadras de estiagem no Sudeste, como a que estamos passando.

Navegantes felizes de mares por outros desbravados, mormente por FHC, o estabilizador da economia do país, os governos do PT (Lula e Dilma) haverão de ser vistos no futuro como de desvaíra do populismo, no melhor estilo da idiotia sul-americana de que nos fala Vargas Llosa, e como destruidores da economia do país, algozes de estatais submissas à politicagem. A Eletrobras e a Petrobras não mereciam esse triste destino, nem o humilde povo do Brasil, vitimado pela demagogia da luta de classes, o tal do “nós” contra “eles”, em voga durante as recentes eleições.

Planejando os nossos Brasis

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

“Brasil, país continental”. Esta frase, sempre repetida por nós, traz um misto de orgulho e perplexidade diante da dimensão, diversidade e complexidade do imenso território brasileiro. Além da diversidade étnica de mais de 202 milhões de habitantes, o Brasil é feito de múltiplos recortes: seis biomas, cinco regiões, 27 estados, dezenas de metrópoles e 5.570 municípios que se espalham pela imensidão de 8.514.876km².

O nosso país é isso: grande, complexo, plural. E as maneiras como dividimos e caracterizamos o nosso território nunca bastam. Biomas e outros recortes geográficos são úteis. Ajudam-nos a transformar espaços complexos em partes mais compreensíveis e manejáveis. Ainda assim, essas divisões são limitantes para o planejamento de um país continental, inserido em contextos cada vez mais dinâmicos e desafiadores.

Divisões sedimentadas no imaginário dos brasileiros, como Região Norte, Amazônia Legal, Semiárido e outras, ocultam muitas realidades complexas e dificultam o entendimento da diversidade, interações, desafios e possibilidades nesses espaços imensos. Aplicada ao planejamento e à gestão, tal simplificação inibe compreensão e intervenções mais sofisticadas, necessárias para o desenvolvimento sustentável.

A difícil e necessária discussão que levou à aprovação do Código Florestal revelou um grande passivo de entendimento sobre a complexidade do território brasileiro. E evidenciou nossa dificuldade em alinhar domínios formais, representados por biomas, regiões, estados e municípios, com

funcionalidades contidas em seus componentes, como relevo, geologia, hidrologia, clima, solos, florestas, agricultura, pecuária e agroindústrias.

A Amazônia é conhecida e cantada em prosa e verso como espaço homogêneo de floresta tropical. É um extremo de caracterização simplista, que impregnou o imaginário de todos. O Nordeste brasileiro, em função da visibilidade e desafios do Semiárido, padece do mesmo mal. Mas a Amazônia e o Nordeste são sínteses que englobam muitas realidades, de complexos quadros naturais, agrários, agrícolas e demográficos. O desenvolvimento sustentável de ambos demanda planejamento e intervenções que reconheçam tal complexidade.

Caracterizações simplistas de sistemas complexos decorrem, muitas vezes, da falta de base sólida de conhecimentos. Para a Amazônia e o Nordeste brasileiros, acumulamos imenso acervo de dados, distribuídos em diferentes universidades, órgãos de pesquisa e agências de governo. Mas ainda carecemos de sistemas de inteligência estratégica capazes de reunir e ordenar esses dados, gerando informações e conhecimentos que orientem o planejamento dessas muitas Amazônias e Nordestes.

A Embrapa realiza, neste momento, um grande projeto nesta direção. Trata-se de esforço de inteligência territorial estratégica para uma região sem divisão formal, geográfica ou política, na confluência dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. Esse território, denominado Matopiba, reúne 337 municípios e uma área total de 73 milhões de hectares. Um espaço do Brasil

que chama a atenção pelo dinamismo, pelas funcionalidades e pelo potencial econômico.

Sua crescente produção agropecuária se dá em condições complexas, de transição entre os biomas cerrado e semiárido. Nessa região, a expansão das atividades econômicas, da infraestrutura e das cidades precisará acontecer de forma planejada, a partir de políticas públicas orientadas por sólido conhecimento científico.

A Embrapa realizou detalhada busca e organização de informações do quadro natural, agrário, agrícola, socioeconômico e de infraestrutura do Matopiba. Ordenados, interpretados e continuamente atualizados, esses vários estratos de informação auxiliarão a composição de uma agenda de pesquisa e inovação, além de políticas e estímulos que levem ao desenvolvimento equilibrado e ao bom aproveitamento das funcionalidades desse território.

O conceito de inteligência territorial estratégica tem o poder de nos mover para além da generalidade de classificações que subestimam realidades complexas e multifacetadas. A aplicação desse conceito está nos permitindo descobrir quantas e quão complexas são as realidades do Matopiba. E, com isso, definir estratégias e intervenções coerentes com a diversidade, os desafios e as possibilidades ali presentes.

Aplicado ao conhecimento das nossas Amazônias e Nordeste, o conceito de inteligência territorial estratégica poderá permitir que esses territórios alcancem um modelo de desenvolvimento mais sofisticado, fundado nas três dimensões da sustentabilidade — a social, a ambiental e a econômica.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Nova sede, novos problemas

De modo geral, as ações de governos passados têm o dom de propagar seus efeitos não só para a população que paga a conta na forma de impostos, mas, principalmente, para os próximos governos, que assumem a partir de janeiro e olham desanimados os cofres vazios de um lado e as inúmeras contas por quitar de outro. Tem sido sempre assim. Agora esse desacerto nas contas públicas vai ficar ainda mais acentuado com o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal. Passou a lei assassinada pelo governo federal em conluio com a base parlamentar amestrada. No Distrito Federal, nessa reta final do governo que sai, as manifestações, das mais variadas contra o atraso no pagamento de salários e de outros repasses, já dão o tom de como será o início do próxima administração. No mundo da lógica, distante do mundo político-ideológico, a realidade quanto aos recursos disponíveis imporia uma engenharia financeira com base na simplificação e enxugamento da máquina administrativa, cortando custos e economizando cada centavo. No entanto, não é o que vem ocorrendo. Pelo contrário. Um exemplo dessa dissintonia da realidade é a construção, já em fase de acabamento, da nova sede administrativa do GDF, situada entre Taguatinga e Ceilândia. Construída a um preço oficialmente declarado de R\$ 600 milhões, o novo centro de governo vai concentrar 15 mil funcionários em 16 torres de edifício, alguns com 15 andares. Diferentemente do que ocorreu em Belo Horizonte, onde as repartições públicas estavam espalhadas por toda a cidade em prédios alugados, a cidade administrativa se impunha como solução racional para a melhoria da máquina do governo. Não é caso, porém, de Brasília, cidade mais bem planejada que conta com setorização dos serviços bem resolvida. Ademais, próximo ao Palácio do Buriti, ainda existem terrenos destinados à administração local. A desculpa de que a mudança desafogaria o trânsito de veículos no Plano Piloto não se sustenta, inclusive pelo fato de que a nova sede não conta sequer com estudo de impacto de trânsito para a região. Todos sabem que naquelas áreas ocorrem, diariamente, as maiores concentrações de carros e de engarrafamento. Com uma simples olhada no anexo do Buriti, dá para perceber a ociosidade dos espaços. Resta, pois, a explicação oculta para a construção da nova sede: o interesse matreiro das empreiteiras e construtoras, algumas mencionadas por ligações com o megadoleiro Youssef no escândalo da Operação Lava-Jato. Pelo contrato, o prazo para a quitação da obra é 22 anos. Mas, para garantir o retorno mais rápido do investimento, as construtoras estão tratando de erguer prédios residenciais nas proximidades da nova sede. Para tanto, adquiriram a maioria dos terrenos em volta.

» A frase que foi pronunciada

“Envergonhe-se de morrer até que você tenha alcançado uma vitória para a humanidade.”

Jürgen Habermas

Caráter

» Desta vez foi Renato Rocha. Quando viu que arranhou o carro de outra pessoa, não titubeou. Deixou o número do telefone em um bilhete no para-brisa e o pagamento foi feito no dia seguinte. Gente honesta merece destaque na mídia.

BSB-SP

» O caso na W3 Norte em que uma moto causou a batida de dois ônibus é exemplo da falta de respeito às faixas próprias para o transporte público. Ou o Detran exige carga horária maior para as autoescolas prepararem os motoqueiros, ou Brasília vai virar São Paulo.

Hércules

» Helio Doyle cumpriu com rigor a missão que lhe foi conferida durante as eleições. Agora o desafio aumenta. A intenção do governador Rollemberg é exterminar 17 secretarias.

Na tecla

» Ministro Marco Aurélio Mello condena revisionismo na Lei da Anistia. “Precisamos colocar na cabeça que anistia é esquecimento, virada de página, perdão em seu sentido maior para os dois lados”. Difícil vai ser a turma entender.

Faz tempo

» Com informações ultrapassadas, a página da Administração de Brasília noticia que a Feira da Torre vai funcionar normalmente no período da Copa. Isso é que é desperdiçar as facilidades da informação em tempo real.

Punição já!

» “Até quando nós, consumidores, aceitaremos a situação dos canais a cabo nos obrigarem a pagar pelas propagandas?” A pergunta é da leitora Luiza Cavalcante Cardoso.

» História de Brasília

É bom entrar logo em circulação o dinheiro novo de cinco cruzeiros para que os cobradores do TCB não aleguem mais falta de troco. (Publicado em 2/8/1961)